

A CONTRARREVOLUÇÃO PREVENTIVA COMO EIXO DA POLÍTICA BRASILEIRA

CONTRARREVOLUCIÓN PREVENTIVA COMO EJE DE LA POLÍTICA BRASILEÑA

PREVENTIVE COUNTERREVOLUTION AS THE AXIS OF BRAZILIAN POLITIC

DOI: <https://doi.org/10.9771/gmed.v16i1.59046>

Renato Lemos¹

Resumo: Este artigo tem como ponto de partida um episódio exemplar da precocidade com que determinados desenvolvimentos históricos podem se dar em países inseridos hipertardamente no sistema capitalista mundial. Encara a trajetória da sociedade brasileira como uma expressão nacional do funcionamento da “lei do desenvolvimento desigual e combinado”, formulada por León Trotsky a partir da análise das especificidades da Revolução Russa de 1917. Por ela, explica-se a combinação de características “atrasadas” e “modernas” nas sociedades que entraram no mundo capitalista industrial e financeiro quando este já se encontrava sob a hegemonia das economias imperialistas. Aponta, por fim, a forte presença da estratégia anticomunista contrarrevolucionária preventiva por métodos democráticos na sociedade brasileira em uma época já caracterizada, nos países capitalistas hegemônicos, pela predominância da perspectiva contrarrevolucionária reativa em face da “ameaça comunista”.

Palavras-chave: Anticomunismo. Benjamin Constant. Contrarrevolução. Desenvolvimento desigual e combinado. Educação de cegos.

Resumen: Este artículo tiene como punto de partida un episodio ejemplar de la precocidad con que determinados desenvolvimientos históricos poden se dar en países inseridos hipertardamente en el sistema capitalista mundial. Encara a trayectoria de la sociedad brasileña como una expresión nacional del funcionamiento de la “ley del desenvolvimiento desigual y combinado”, formulada por León Trotsky a partir del análisis de las especificidades de la Revolución Rusa de 1917. Por ella, explica-se la combinación de características “atrasadas” y “modernas” en las sociedades que ingresaran en el mundo capitalista industrial y financiero cuando este ya se encontraba bajo la hegemonía de las economías imperialistas. Apunta, por fin, la fuerte presencia de la estrategia anticomunista contrarrevolucionaria preventiva por métodos democráticos en la sociedad brasileña en una era ya caracterizada, en los países capitalistas hegemónicos, por lo predominio de la perspectiva contrarrevolucionaria reactiva delante de la “amenaza comunista”.

Palabras-chave: Anticomunismo. Benjamín Constant. Contrarrevolución. Desenvolvimento desigual y combinado. Educación de ciegos.

Abstract: This article has as its starting point an exemplary episode of the precocity with which certain historical developments can occur in countries inserted late into the world capitalist system. It sees the trajectory of Brazilian society as a national expression of the functioning of the “law of uneven and combined development”, formulated by León Trotsky based on the analysis of the specificities of the Russian Revolution of 1917. This explains the combination of “backward” and “modern” characteristics in societies

that entered the industrial and financial capitalist world when it was already under the hegemony of imperialist economies. Finally, it points out the strong presence of the preventive counter-revolutionary anti-communist strategy using democratic methods in Brazilian society at a time already characterized, in hegemonic capitalist countries, by the predominance of the reactive counter-revolutionary perspective in the face of the “communist threat”.

Keywords: Anti-communism. Benjamin Constant. Counterrevolution. Uneven and combined development. Education of the blind.

A educação dos cegos

Este artigo tem como ponto de partida um episódio exemplar da precocidade com que determinados desenvolvimentos históricos podem se dar em países inseridos hipertardiamente^{2o} sistema capitalista mundial. Esta condição ensejou que a sociedade brasileira “queimasse etapas”,³ se comparada ao roteiro histórico seguido pelas formações sociais dos países centrais do sistema. Conectada a eles, a sociedade brasileira pode “aprender” com as suas experiências, o que lhe tem permitido contornar problemas e avançar em soluções conservadoras. A trajetória da sociedade brasileira configura uma expressão nacional do funcionamento da “lei do desenvolvimento desigual e combinado”, formulada por León Trotsky a partir da análise das especificidades da Revolução Russa de 1917. Por ela, explica-se a combinação de características “atrasadas” e “modernas” nas sociedades que entraram no mundo capitalista industrial e financeiro quando este já se encontrava sob a hegemonia das economias imperialistas. (TROTSKY, 1967, v. 1; NOVACK, 2008)⁴ Explique-se, também, a perspectiva anticomunista contrarrevolucionária preventiva por métodos democráticos na sociedade brasileira em uma época já caracterizada, nos países capitalistas hegemônicos, pela predominância da perspectiva contrarrevolucionária reativa em face da “ameaça comunista”. Complementares no plano estratégico, com frequência estas duas perspectivas conflitam nas disputas político-ideológicas travadas em conjunturas específicas.

O protagonista do episódio aqui focalizado é Benjamin Constant Botelho de Magalhães, que, nascido em 9 de fevereiro de 1837, em Niterói (RJ), ingressou cedo no Exército e alcançaria a patente de tenente-coronel, no curso da carreira, e a de general, “por aclamação”, nos primeiros dias da República. Tendo lecionado matemática em várias instituições educacionais do Rio de Janeiro, como o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, a Escola Normal, a Escola Politécnica, a Escola Militar e a Escola Superior de Guerra,⁵ acabaria sendo considerado mais professor do que militar.⁶

Tinha vinte anos de idade quando, atraído, em especial, pela importância que o pensamento positivista conferia à matemática, aproximou-se da doutrina fundada pelo filósofo francês Auguste Comte,⁷ que defendia a república como a mais elevada forma de organização humana. Ingressara na Escola Militar em 1852, quando a filosofia positivista começava a ser conhecida na instituição.⁸ Lá, entre 1850 e 1854, foram defendidas várias teses inspiradas na doutrina. O fenômeno foi registrado também na Escola de Marinha, na Escola de Medicina e no

Imperial Colégio Pedro II, bem como em instituições não escolares, como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e o Instituto Politécnico Brasileiro (IPB).

A disseminação do positivismo não significava, contudo, a aceitação integral do pensamento de Comte, principalmente de sua vertente religiosa.⁹ No entanto, a sua filosofia da história conquistou ampla aceitação, o que implica um problema histórico. Se aceitarmos que as áreas periféricas absorvem ideologias geradas nas áreas centrais por alguma razão mais profunda do que a simples inclinação imitatória, será o caso de lançar a pergunta: o que significou a adesão de um grupo de brasileiros inseridos em uma formação social escravista e periférica a uma doutrina gestada em uma formação social do capitalismo avançado? Leopoldo Zea se fez pergunta análoga em relação ao México, onde o positivismo também alcançou um expressivo peso intelectual e político (ZEA, 1985). E encontrou uma resposta naquilo que chamou “circunstância mexicana”.

Para Zea, o positivismo encontrou guarida no México porque, como na França, serviu aos interesses da burguesia. Há, contudo, uma distinção importante a fazer, porque a burguesia mexicana se encontrava ainda em formação quando se inteirou do positivismo, enquanto a francesa produziu a doutrina já na sua fase de declínio como força social renovadora. Às voltas com forças sociais que lhe eram antagônicas, renunciou aos valores que a haviam guiado na luta contra o absolutismo rumo ao poder, para abraçar outros, mais congruentes com as tarefas da preservação das posições conquistadas. Para Zea, o positivismo foi, em resumo, a filosofia contrarrevolucionária que a burguesia europeia construiu para consolidar a nova ordem em face das pressões à direita e à esquerda: “Revolução e antiga ordem eram os perigosos Scila e Caríbdis da burguesia europeia; era mister uma nova ordem que escapasse a estes perigos.” (ZEA, 1985, p. 40-41)

A ordem ideal vislumbrada por Comte e seus seguidores não era aquela anterior a 1789, que os contrarrevolucionários restauradores, nostálgicos do absolutismo, desejavam restabelecer, mas uma nova ordem, industrial, cimentada pelo progresso resultante do desenvolvimento da indústria e das ciências (LÖWY, 1987, p. 23). Seu caráter contrarrevolucionário ressalta da maneira como encarava o conflito político e social inerente à sociedade burguesa – a “anarquia”, de que Comte falava. Tratava-se de “integrar” as forças da desordem – o proletariado – à “ordem”, sob a direção de uma elite ilustrada pela cultura científica. Um conjunto de reformas voltadas para o “progresso” – com destaque para a educacional – viabilizaria a integração, elemento estratégico de prevenção de revoluções. Assim, o positivismo – doutrina assumidamente anticomunista – é contrarrevolucionário preventivo por meios democráticos, o que explica o sentido histórico do seu empenho em agendas reformistas.

A “circunstância brasileira” foi, *mutatis mutandis*, análoga à mexicana no tocante à preocupação contrarrevolucionária. Não a burguesia, propriamente, mas integrantes das “camadas médias urbanas” (SAES, 1975, esp. p. 26-27) – profissionais liberais, funcionários públicos, empregados no comércio, administração, bancos, atividades culturais e educacionais etc. –

encontraram no positivismo um caminho para perseguir reformas que, a um só tempo, equacionassem problemas sociais – como a escravidão – e políticos – como a ampliação do exercício de direitos – e contribuíssem para consolidar a ordem burguesa. Também compunham as “camadas médias urbanas” os estudantes militares, com suas peculiaridades, decorrentes, em especial, dos processos de recrutamento, que envolviam deslocamentos de várias regiões do país para as poucas cidades onde funcionavam as escolas castrenses.¹⁰

Benjamin Constant travou os primeiros contatos com o positivismo em 1857. Incorporada como elemento organizador da sua vida subjetiva, a doutrina lhe forneceria critérios para a definição das posições que adotaria em face da guerra, da vida militar em geral, da atividade política e do sistema educacional. Vindo a tornar-se um dos primeiros e mais importantes divulgadores do positivismo no país, transmitiu-o à juventude militar que passava por suas classes, contribuindo decisivamente para que ela, em grande parte, se tornasse republicana. Em 1889, esteve na linha de frente da conspiração que resultou no golpe militar que depôs a Monarquia. Em seguida, integrou o primeiro governo republicano, nos cargos de segundo vice-presidente e ministro da Guerra e, por último, da Instrução Pública, Correios e Telégrafos. Morreria em 22 de janeiro de 1891, sendo consagrado “Fundador da República” pelos membros da Assembleia Nacional Constituinte, que no mês seguinte concluiriam a elaboração da primeira Carta republicana do país.

Nesse contexto intelectual marcado pela influência positivista Benjamin Constant tornou-se professor de matemáticas e começou as suas atividades na área científica. Foi interlocutor de outros professores, tendo, inclusive, redigido pareceres sobre trabalhos de colegas. Frequentou o Instituto Politécnico Brasileiro (IPB), que, fundado no Rio de Janeiro em 1862, reunia engenheiros e técnicos, e cumpria um papel de fórum científico.¹¹ Trabalhou, ainda, no Imperial Observatório Astronômico da corte. Também em 1862, passou a integrar o corpo docente do Imperial Instituto dos Meninos Cegos, na cidade do Rio de Janeiro. A educação dos deficientes visuais foi, portanto, o primeiro setor pedagógico a que se dedicou, inicialmente como professor de matemáticas. À época do seu ingresso, o Instituto era dirigido por Cláudio Luís da Costa, médico com cuja filha se casaria. Com a morte do sogro em 1869, assumiria o seu lugar. Deposta a monarquia, deixaria o cargo ainda em novembro de 1889, mesma data em que a instituição passaria a chamar-se Instituto Nacional dos Cegos, nome que, em homenagem póstuma, seria mudado, ainda em 1891, para Instituto Benjamin Constant.

A educação como um direito dos cegos

O Imperial Instituto dos Meninos Cegos foi criado em 1854, sob a inspiração do pioneiro Instituto Real dos Jovens Cegos de Paris. Lá, Louis Braille (1809-1852) – ele mesmo portador de cegueira total – elaborara o método de escrita e leitura para cegos que ficou associado ao seu nome. A instituição constituiu a primeira possibilidade de educação para as pessoas com deficiência visual

no Brasil, até então condenadas, em sua maioria, ao analfabetismo. Oferecia-lhes instrução primária completa, “educação moral e religiosa”, noções de música e ofícios manuais, tudo por meio do método de Braille.

Única escola do gênero na América do Sul em meados do século XIX, o Imperial Instituto dos Meninos Cegos ainda era visto com reservas na sociedade brasileira. Estímulos vinham, contudo, dos Estados Unidos da América e de países da Europa, onde deficientes visuais se tornavam professores em várias áreas, especialmente na de música, bem como prestadores de serviços de afinação de piano, empalhação etc. Mas, o mercado de trabalho para cegos em atividades como estas era muito restrito no Brasil, mesmo considerando-se o pequeno número de alunos do Instituto – trinta, por lei, em contraste, por exemplo, com o Instituto de Paris, que abria quatrocentas vagas por ano.

Para Benjamin Constant, o Brasil era um país ainda muito novo, em que as “artes e indústrias” apenas começavam a desenvolver-se. Por isso, propusera, em carta ao sogro datada de meados da década de 1860, a ampliação da assistência aos cegos depois de formados, por meio da criação de uma instituição que lhes oferecesse oportunidades de trabalho “nas artes, ofícios e indústrias para que tiverem aptidão”. Sem este complemento, a atividade humanitária do governo, por meio do Instituto, se resumiria a “preparar mendigos ilustrados” e a evidenciar “toda a extensão de sua desgraça”. Não havia sentido em ensinar um ofício aos cegos sem lhes garantir um mercado de trabalho especial. No mercado geral, o trabalhador nesta condição seria “considerado mais como um embaraço que como um auxiliar”. Considerava que as casas de trabalho e oficinas eram uma alternativa bem-sucedida em várias partes do mundo. Ao lado delas, “hospícios”,¹² em que fossem acolhidos os incapazes de trabalhar, completariam a assistência a eles. (LEMOS, 1999b)

Benjamin Constant defendia a adoção de um plano de educação integral, que fosse eficaz na melhoria da condição dos cegos em termos de subsistência material, mas também no usufruto do “maior número de distrações e de gozos que o homem encontra na sociedade com os seus semelhantes e de que a cegueira os priva quando abandonados a seu infortúnio”. (LEMOS, 1999b) Para implantá-lo, sugeria que se aprendesse com experiências em curso na Alemanha, Inglaterra e Estados Unidos, onde associações particulares faziam parceria com o Estado nos empreendimentos em favor dos cegos. (LEMOS, 1999b) Propunha, portanto, que se “queimassem” etapas aproveitando o conhecimento já construído por sociedades integrantes do centro capitalista mundial.¹³

Depositar esperança na beneficência privada, ainda que ele se considerasse pessimista quanto ao avanço da consciência particular em face do problema das pessoas com deficiência visual, constituía um desvio em relação à ortodoxia positivista. Era a sua maneira singular de contribuir para a “regeneração social”, proposta por Auguste Comte, combinando o entusiasmo filantrópico com a fé positivista no progresso: a filantropia e a caridade constituíam, para ele,

manifestações do “brilhante espetáculo que a civilização moderna vai desenvolvendo a nossos olhos”.¹⁴ As obras de beneficência – hospitais, asilos para órfãos, hospícios para idosos etc. – combinavam-se com a preocupação dominante de “melhorar o mais possível as condições de existência da humanidade” e “preparar as almas para gozarem das eternas bem-aventuranças prometidas na vida futura”. (LEMOS, 1999b, p. 226) Comte anunciara, porém, que o “império da metafísica” não impedira a progressiva afirmação, entre as populações humanas, de uma solidariedade íntima que os fatos cotidianos faziam sobressair gradualmente como uma expressão concreta da ordem. (COMTE, s. d., p. 58) Benjamin Constant entendia o espírito de filantropia e caridade como uma expressão desta “solidariedade íntima”, elemento que mobilizava as ciências, as artes e indústrias, isto é, “as vias do progresso, onde sempre se caminha sem jamais tocar o termo (...)”. A civilização e a fé, a ciência e a religião eram “as armas invencíveis com que vitoriosamente [esse espírito] combate”. (LEMOS, 1999b, p. 226)

O ecletismo da sua visão de mundo ganhou expressão também na primeira proposta de plano geral de instrução dos cegos que elaborou à frente do Instituto, claramente informado pela concepção positivista do conhecimento e da educação. O programa, que ele pretendia fosse um “bom plano de educação científica”, seria para o povo

uma espécie de religião, contendo como dogmas de fé científica o maior número possível de princípios teóricos reduzidos a preceitos de imediatas aplicações gerais à vida prática, e por assim dizer usuais e domésticas. (IMPERIAL INSTITUTO DOS MENINOS CEGOS, 1871, p. 24).

O plano deveria, ainda, “instruir o cidadão nos sagrados deveres que lhe impõem a família, a religião e a sociedade e em tudo quanto servir-lhe ao bom desempenho desses deveres”. Mirava, portanto, com a educação intelectual, “mais o coração do que o espírito”, partindo da hipótese de que a afetividade exercia a mais durável influência sobre o caráter e o destino dos homens, o que justificaria a sua combinação com “uma conveniente educação moral e religiosa”. O plano objetivava, em suma, eliminar as “máximas e crenças funestas” que, em trânsito pela sociedade, indicavam o seu “estado de ignorância”. (LEMOS, 1999b, p. 229)

Não se poderia, contudo, desprezar as diferenças fundamentais que separavam os processos de aprendizagem dos videntes e dos cegos, que formavam as suas ideias enquanto representação do mundo exterior de maneira específica: dependiam exclusivamente do tato para conhecer as dimensões e características dos objetos. Tal processo mecânico seria sempre acompanhado da operação mental equivalente, com a intervenção de quase todas as faculdades intelectuais, destacadamente a atenção e a memória. Orientado pelo empirismo positivista, Benjamin Constant entendia que a realidade do cego, ou do surdo, negava a maioria das “fofas teorias” do conhecimento:

(...) os sentidos, contra todas as teorias dos pretendidos filósofos, contra as mais ou menos bem combinadas objeções escolásticas, hão de exercer sempre uma influência capital sobre o desenvolvimento da inteligência humana, hão de ser

sempre os meios pelos quais a nossa alma se abastece do maior número de noções fundamentais.

Que o nosso espírito por uma inexplicável elaboração interna se enriquece de muitas noções importantes que não lhe vêm diretamente pelos sentidos, não há nisso dúvida alguma e cada um de nós tem em si mesmo a prova desta verdade; mas nem por isso deixam as noções, adquiridas por intervenção dos sentidos, de ter nelas uma grande influência, são sempre os principais elementos dessas combinações mais ou menos vastas, pelas quais o mesmo espírito se eleva, alargando os horizontes da inteligência. (LEMOS, 1999b, p. 229).

Apesar da adesão à epistemologia positivista,¹⁵ um plano de reforma de um aspecto estratégico da sociedade, como a educação, a partir do Estado ia frontalmente de encontro a aspectos políticos da doutrina. Comte estabelecera que, enquanto a “doutrina positiva” não se tornasse hegemônica na sociedade, seus adeptos deveriam abster-se de qualquer tentativa direta de reforma dos governos estabelecidos. (COMTE, 1870, p. 120-121.) Mas os desvios doutrinários de Benjamin Constant não despertaram reações em defesa da ortodoxia nesse início da década de 1870, quando os positivistas brasileiros, dispersos e carentes de direção, ainda não haviam constituído um centro difusor da doutrina e fiscalizador da ortodoxia.¹⁶ Foi ali de onde talvez menos se esperasse que surgiram reações negativas às suas propostas de instrução dos cegos.

O anticomunismo precoce

Em sessão da Câmara dos Deputados realizada em 8 de julho de 1871, o deputado baiano Magalhães Taques¹⁷ cobrou do ministro do Império, João Alfredo Correia de Oliveira, as razões por que aceitara um documento impregnado de doutrinas tão “extravagantes”. Tratava-se do relatório apresentado por Benjamin Constant dando conta das atividades desenvolvidas no Imperial Instituto dos Meninos Cegos, que era subordinado ao Ministério do Império. O deputado identificou nas ideias ali expostas a marca do positivismo, associado por ele a outras doutrinas pretensamente reformadoras das sociedades, como o socialismo e o comunismo. Para o deputado, que, contudo, não distinguia as doutrinas reformistas conservadoras das revolucionárias, os adeptos dessas ideologias haviam pervertido o povo francês, ensinando-lhes “ideias hedonistas e materialistas”, que “atacaram violentamente a moral em suas bases”. O elogio das “paixões vulgares” e a associação ao “cosmopolitismo” e ao “espírito de independência” teriam resultado no governo comunal de Paris, “em que se viram todas as atrocidades, entregue como foi a um bando de homens perdidos que, em seu delírio, desconhecaram Deus, a pátria, a família e a propriedade”. (MENDES, 1891-1894, v. 2, p. 166-167)

O deputado se referia, naturalmente, à Comuna de Paris, governo popular e revolucionário instalado na capital francesa em março de 1871 por uma insurreição, sob grande influência de anarquistas e socialistas, e derrotado em maio seguinte por tropas francesas e alemãs. Taques estava, portanto, conectado com um evento de alto significado simbólico – primeira experiência de governo proletário da história. Em sua curta existência, a Comuna executou um

programa social e democrático avançado, estabelecendo, entre outras medidas, o congelamento dos aluguéis, a separação entre a Igreja e o Estado e a supressão do exército permanente. Algumas ações dos revolucionários, principalmente o assassinato de padres, provocaram reações negativas em várias partes do mundo, inclusive no Brasil, onde os jornais, embora econômicos na cobertura do conflito, deram destaque a esses fatos, com base em informações de segunda mão colhidas por correspondentes brasileiros em Lisboa e Londres. (MELO, 1968, p. 256 e 261-262)

Taques atacava o positivismo, também, no plano epistemológico, por entender que a doutrina menosprezava a “causa dos fenômenos” e o “conhecimento absoluto”, limitando-se ao “contingente”. As consequências eram claras: “São conhecidas as suas ideias extravagantes a respeito da liberdade da mulher e da bondade de tudo o que faz a natureza”. Cultuando a ciência, constituía um “ateísmo matemático que (...) desterra Deus para a ordem das hipóteses inúteis”.¹⁸ Magalhães Taques identificava o positivismo, ainda, com o evolucionismo, tal como concebido por Charles Darwin,¹⁹ com a sua “série de seres, que se desenvolvem pelas forças plásticas da natureza, desde o pólipo até o homem, que é o remate desta geração progressiva”. Doutrinas subversivas da moral, que haviam conduzido ao “delírio da Comuna”, não podiam contar com o favor do governo, devendo a direção do Instituto dos Cegos ser confiada a portadores de outras tendências filosóficas.

O próprio ministro saiu em defesa de Benjamin Constant na sessão seguinte da Assembleia Geral, realizada em 11 de julho. O diretor do Instituto dos Cegos, argumentou, apenas tratara das ciências positivas, “aproveitando a ocasião para dar-lhe mais importância do que às outras”. Não desenvolvera, portanto, as ideias que o deputado lhe atribuíra.²⁰

Ao tomar conhecimento da discussão, Benjamin Constant enviou um ofício ao ministro, protestando contra a “gratuita acusação” do deputado.²¹ A situação era especialmente grave, porque o ataque visara uma pessoa que fazia “consistir o seu maior orgulho no seu bom procedimento civil, moral e religioso”. Para ele, o deputado era mal-informado sobre o positivismo. Misturara a filosofia de Comte com Proudhon,²² Darwin, materialismo, socialistas, comunistas etc., fazendo de todos estes “elementos irreconciliáveis um monstruoso conjunto, uma escola, uma seita, e fez-me sectário e caloroso defensor dela!...”. Logo ele, que abominava aquelas ideias, nunca tivera tais sentimentos e nunca os teria enquanto lhe presidisse ao espírito “um vislumbre de inteligência”. Não podia, entretanto, senão concordar com as críticas que o deputado fizera àquelas “ideias subversivas da religião e da moral, que atacam tudo que há de mais nobre e sagrado no coração humano” e lhe “despertavam reações enérgicas em defesa da moralidade, da fé, das crenças e do amor à pátria e à família”. Esses valores haviam sido, de fato, subvertidos na Comuna de Paris por homens “imbuídos daquelas perniciosas doutrinas” que, “nos desvarios de suas paixões brutais”, teriam proporcionado

o espetáculo o mais asqueroso que a história jamais registrou nos anais já bem providos das atrocidades e desvarios dos homens, assombrando a civilização do

século com a hediondez de seus crimes de toda a espécie. (MENDES, 1891-1894, v. 2, p. 172).

Diante da condição dos cegos, mais distante ainda se sentia de tais doutrinas:

Era preciso suportar-me um grande malvado para, estando aqui cercado por esses infelizes, vítimas da mais cruel enfermidade, imaginar-me capaz de querer implantar neles ideias subversivas etc., abalar-lhes a fé católica que constitui para os infelizes um bálsamo santo para adoçar-lhes a desditosa existência. (MENDES, 1891-1894, v. 2, p. 172).

O deputado Taques atirou no que viu e acertou no que não viu. Mirou um funcionário comunista, acertou em um anticomunista. As declarações defensivas de Benjamin Constant expressaram o seu zelo pela ordem, a sua propensão conservadora consolidada pela formação positivista. (LEMOS, 1999b) Fora, na verdade, vitimado pela dinâmica do desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo, que estabeleceu o sincronismo entre um evento associado a uma burguesia avançada e ele, agente de uma configuração burguesa hipertardia, historicamente retardatária.

A miséria como ameaça potencial à ordem

Dois anos depois de acusado de comunista, Benjamin Constant assumiu uma iniciativa em que a suas ideias reformistas ganhariam força material. Pouco tempo antes, regressara da guerra com o Paraguai (1865-1870) doente e sem condições para trabalhar (LEMOS, 1999b). Conseguiu voltar ao trabalho, mas sempre sofrendo por causa das sequelas da malária, e, desde então, preocupava-se com quem vivia em situação semelhante, porque não havia no país um sistema previdenciário que oferecesse cobertura nesses casos.²³ Para suprir esta lacuna, fundou uma entidade a que chamou Previdência – Associação de Socorros à Invalidez, destinada a “garantir os meios de subsistência, no caso de invalidez temporária ou permanente”, por meio de pensão mensal.

Foi o próprio ministro João Alfredo quem, em janeiro de 1875, oficializou os estatutos da organização. Na sessão solene de instalação da Previdência, em 8 de junho seguinte, foram proferidos vários discursos. Benjamin Constant, membro do Conselho da entidade, não falou em público, mas os discursos de Jerônimo José Teixeira Jr.,²⁴ o presidente, e Ramiz Galvão,²⁵ escolhido pela diretoria para representá-la (PREVIDÊNCIA, 1875) resumem os **Apontamentos para o relatório da Previdência** que preparara para apresentar na sessão inaugural da associação como uma primeira prestação de contas aos sócios. O trecho transcrito abaixo indica que a ideia central é a de progresso.

As ciências, artes e indústrias e todas as forças vivas das sociedades modernas, sob o benéfico influxo de um regime regenerador, entram numa fase nova, congraçando-se em profunda aliança, contraída em benefício exclusivo da humanidade!

Aí estão os grandes inventos que caracterizam esta nobre aspiração! Aí estão o vapor e a eletricidade, poderosos agentes do progresso, mudando a face do

mundo, despedaçando as barreiras que separam as nações, aproximando fraternalmente todos os indivíduos da grande família humana!

Aí estão as numerosas máquinas de todas as espécies, substituindo vantajosamente o braço do homem e dando natural impulso à lavoura, à navegação, ao comércio e a todas as artes e indústrias!

E, finalmente, aí estão em vasto congresso todas as aptidões humanas elaborando em comum a paz, o bem-estar e a prosperidade dos povos! (PREVIDÊNCIA, 1875, p. 6).

Entretanto, os organizadores da Previdência estavam atentos também aos “corolários sociais das leis do progresso”. Ramiz Galvão reconhecia a existência das desigualdades sociais e as considerava inevitáveis e funcionais.

A sociedade, porque cresce, cria necessidades novas. Ao lado desse mundo que prospera e ri, bem junto das galas da riqueza e do sopé dos palácios suntuosos geme e generará sempre outro mundo – esquecido da sorte e provado pelas angústias da dor.

Onde for penetrando o ouro irá penetrando a pobreza; as sombras irão acompanhando a luz.

Lançai os olhos pelo mundo e perscrutai o passado. Esse quadro foi o de todos os tempos e de todos os lugares, porque sempre e em toda a parte subsistiu a desigualdade das condições sociais, indispensável para o próprio equilíbrio da família humana. (PREVIDÊNCIA, 1875, p. 19).

A Previdência entendia que a melhora sistemática das condições de existência das “classes laboriosas” era ainda um problema do futuro. Mas, nem por isso se deveria, no presente, descuidar de abrigá-las “da miséria na velhice, nas enfermidades e nos acidentes diversos que podem invalidá-las”. Esta preocupação não significava, contudo, a instituição da esmola, “que enobrece aquele que dá, abate ao que recebe, humilha ao que implora, acorçoa a ociosidade”. (PREVIDÊNCIA, 1875, p. 19) A distribuição sistemática de esmolas criava a indústria da mendicância, incentivando o surgimento de falsos mendigos. A Previdência materializava “uma ideia sublime e grandiosa” que constituía a solução do “vasto problema proposto pela civilização moderna: – a associação!” Surgia como um meio indireto de solução “deste elevado problema humanitário”, não se fundando na liberalidade ou nos sentimentos caridosos de seus associados, mas na capacidade de poupança dos próprios trabalhadores. O estímulo à prática do mutualismo (BATALHA, 2010) combinava-se, portanto, com o elogio da dignificação individual pelo trabalho:

[Garantia] um direito próprio, que é comprado com o dinheiro proveniente do trabalho e economia dos instituidores, a fim de contarem com uma pensão, que substitua os recursos que cessarão na invalidez.

É assim que se manterá a dignidade do homem, a sua independência e a sua nobre altivez!

É assim que se levantará o nível moral das classes laboriosas e proletárias!

É assim que se prestará relevante serviço à sociedade, atacando o pauperismo em uma das suas fontes principais! (PREVIDÊNCIA, 1875, p.19-20).

O “progresso” criara uma vasta gama de instituições sociais de grande utilidade, destacando-se as associações de socorros e seguros que, “instigadas pelo espírito filantrópico”, incorporaram “o fecundíssimo princípio da mutualidade”.²⁶ Entre as associações mutualistas, as

mais importantes seriam as que buscavam prevenir a invalidez para o trabalho, poderoso fator de pauperismo, mendicância e perversão dos costumes:

Instituições deste gênero são os meios indiretos mais eficazes para combater a indigência e servir nobremente à causa da humanidade; interessam altamente à moral, à religião, à justiça, à economia e *até mesmo à polícia preventiva*; geram, estimulam e desenvolvem os hábitos do trabalho e de economia, o espírito de ordem, os sentimentos de dignidade e de independência; apertam e consolidam os laços de família e dão assim eficaz incremento aos nobres estímulos do homem. (PREVIDÊNCIA, 1875, p. 10. Grifo meu).

Concebida por Benjamin Constant – como já observado, mais professor do que militar –, a Previdência não podia deixar de ter uma preocupação pedagógica. Pretendia facilitar a educação e a instrução das novas gerações, salvando-as da miséria, especialmente da “miséria moral”. A história europeia parece ter-lhe oferecido os exemplos do ciclo da miséria.

Quem ignora que nos países em que o pauperismo é mais hediondo esta chaga moral se transmite como por herança, à semelhança dos vícios mórbidos que depauperam a natureza e a envenenam desde o ventre materno?
Quem ignora que o pauperismo se entrelaça com os vícios mais asquerosos da sociedade e que as gerações nascidas na atmosfera contaminada são outros tantos propagadores do mal e, por consequência, outros tantos perigos para a ordem social e para a moralidade dos povos? (PREVIDÊNCIA, 1875, p. 26).

Para evitar que os jovens viessem a se tornar homens pobres, ineptos, perniciosos, corruptores e fatais, só havia o caminho da elevação do nível do espírito religioso, da propaganda do trabalho e do amparo dos velhos e desprovidos. A Previdência se encarregara das duas últimas metas: incentivando a poupança, convidava ao trabalho; organizando um fundo para o amparo dos velhos e desvalidos, garantia os recursos essenciais à vida e ao sustento dos filhos.

A contrarrevolução preventiva por métodos democráticos

A Previdência pretendia, portanto, desempenhar uma função preventiva e mantenedora da ordem. Convidava os “ricos e opulentos” a se associarem a ela, contribuindo com “migalhas” do seu tesouro. A participação dos abastados no fundo comum lhes aproveitaria em caso de doença ou velhice e lhes traria benefícios estratégicos em causa própria: um recurso de prevenção contrarrevolucionária por meios democráticos.

Quando o proletariado faminto e perseguido pelos rigores da miséria se rebela e conspira é contra vós que levanta o arcabuz. É, pois, vossa a causa das classes pobres, porque não tendes senão a lucrar com a extinção da mendicância e com a harmonia dos órgãos da economia social. (PREVIDÊNCIA, 1875, p. 32).

Nos **Apontamentos**, Benjamin Constant politizou de maneira ainda mais explícita a preocupação com a ordem social. Resumiu E. Littré,²⁷ lembrando recentes acontecimentos político-sindicais europeus, inclusive a Comuna de Paris, para anunciar o caráter contrarrevolucionário preventivo democrático da Previdência:

A condição das classes proletárias vai se tornando cada vez mais precária em todos os países e a reação se vai pronunciando em proporções ameaçadoras; as tendências dos proletários na Europa começaram a manifestar-se francamente em 1871 e de então para cá não cessam suas forças de unir as classes industriais para fazer valer seus direitos em momento que julguem oportuno; e que se pode esperar senão uma desastrosa conflagração geral, que trará abalos profundos? A liga operária na Europa é um exército que todos os dias engrossa, recebendo novos contingentes e recursos para a luta, é um ser coletivo respeitável que multiplica seus órgãos, que encontra eco em todos os países, é um vulcão talvez próximo a fazer sua tremenda erupção. As Trade Unions²⁸ – associação que na Inglaterra conta mais de 800 mil membros e um capital formidável de ... e cujo destino é proteger e garantir o salário aos operários desempregados em consequência das *greves* é uma ameaça franca e um sintoma de suas funestas tendências. As greves, *meetings* discutindo os meios de impor o aumento dos salários, a redução do tempo de trabalho etc. são apenas os problemas da tempestade que ameaça o mundo social.

As associações cooperativas e de participação são as formas mais prudentes e apropriadas que as classes industriais têm em seu favor. (**Revista Positiva**, tomo 6, Socialismo, p. 423-424. Itálicos e reticências no original)

O espectro do comunismo (MARX e ENGELS, 1998) rondava o Brasil na primeira metade da década de 1870! Nos países de capitalismo avançado – Inglaterra, França etc. –, o comunismo e a sua contraface – o anticomunismo – traduziam a presença de uma classe operária numericamente expressiva e organizada. No Brasil, havia operários, mas não uma classe operária, já que existiam oficinas e algumas fábricas, mas não um setor industrial.

Mas, no Brasil, da mesma maneira que nas demais sociedades inseridas hipertardiamente no universo capitalista, aprendia-se com a história dos que lá haviam chegado antes. No mesmo balaio que trazia do exterior bens materiais, tecnologia, valores estéticos etc., vinham perspectivas ideológicas e políticas. Ao aprendizado com as ações, basicamente, *reativas* nos países de capitalismo avançado correspondia a elaboração de táticas, principalmente, *preventivas* em um país de capitalismo hipertardio. O anticomunismo naqueles países caminhava *pari passu* com o avanço da moderna luta de classes. Já o anticomunismo brasileiro surgia da necessidade de evitar em território nacional situações já conhecidas em outros países – a revolução negra, como no Haiti (1791-1804), e a luta de classes europeia –, configurando uma perspectiva contrarrevolucionária preventiva. Apenas assim se pode entender que um Império de base agrária e dependente do trabalho escravo assistisse em seu território a cenas de anticomunismo explícito, como a que identificou, na defesa de um trivial direito dos cegos, a propaganda do comunismo. (LEMOS, 2014, p. 128)

Essas considerações impõem que se enfrente o aparente paradoxo da “contrarrevolução sem revolução”. Expressões como “contrarrevolução preventiva democrática” e “contrarrevolução preventiva por métodos democráticos” hão de despertar todo tipo de questionamentos: teóricos, lógicos, históricos. Antes de tudo, porque é forte entre os brasileiros a convicção de que jamais houve uma revolução no país. Ainda assim, é possível argumentar que a contrarrevolução é uma característica definidora do estilo de política praticada pelas classes dominantes brasileiras desde que

assumiram a posição de dirigentes do Estado nacional, em 1822. E que talvez por isso nunca tenha havido uma revolução no país.²⁹

Já defendi essa tese em outros lugares. Apontei o pioneirismo da análise desenvolvida por José Honório Rodrigues,³⁰ em que se ancoram as minhas observações sobre as tendências contrarrevolucionárias preventivas de tipo democrático durante o Império escravista. (LEMOS, 2014b, p. 79-80) Com base em Florestan Fernandes, destaquei um traço do processo de modernização burguesa no Brasil, certamente encontrado em outras formações sociais capitalistas hipertardias.

No Brasil a implantação hipertardia da sociedade burguesa se deu – diferentemente do ocorrido nos países de capitalismo originário e atrasado e como nos países de capitalismo tardio –, em grande parte, sob o signo da ascensão do socialismo como alternativa real ao capitalismo. Em consequência, como observou Florestan Fernandes, a tarefa de construir a ordem burguesa se combinou com a de prevenir a revolução socialista. (LEMOS, 2014b, p. 75).

Foi ainda em Florestan Fernandes, analisando conjuntura mais recente, que encontrei a tese de que a contrarrevolução se atualiza permanentemente em momentos históricos já associados à dominação classista sob forma democrática. (LEMOS, 2014b, p. 80)

Os que pensam em motivos [para o golpe de 1964] como a repressão das greves operárias ou estudantis e do protesto popular, a destruição das bases dos movimentos nacionalistas-reformistas e socialistas ou a debelação da ‘guerra revolucionária’ veem uma fase do processo e uma parte do quadro social. Há um “outro lado”, que se atualiza gradualmente, através das peripécias e dos vários momentos sucessivos, percorridos pela autoafirmação e o autoprivilegiamento das classes burguesas nas fases “seguras” e “construtivas” da contrarrevolução. Nestas fases, ao lado dos controles inibitórios e destrutivos que persistem, aparece um esforço mais profundo e amplo, que busca a eficácia da contrarrevolução, a estabilidade da dominação burguesa e o engrandecimento do poder burguês. A esse esforço se prendem a criação e a aplicação de novas estruturas jurídicas e políticas, a modernização de estruturas jurídicas e políticas preexistentes, a renovação e a racionalização da maquinaria de opressão e de repressão do Estado e a adaptação de todo o aparato ideológico e utópico da burguesia a *uma situação contrarrevolucionária que pretende “vir para ficar”*.

Aqui, pois, é evidente que o consenso burguês concilia a “tradição brasileira”, de democracia restrita – a democracia entre iguais, isto é, entre os poderosos, que dominam e representam a sociedade civil – com a orientação modernizadora, de governo forte. A ordem legal e política se mantém “aberta”, “democrática” e “universal”, preservando os valores que consagraram o Estado de direito; e este Estado se concretiza, historicamente, por sua vez, na medida em que tudo isso é necessário à monopolização do poder real, da autoridade e do controle das fontes de legitimidade pelas classes burguesas e suas elites. No entanto, a validade formal ou positiva e a fruição ou participação da ordem legal e política são coisas distintas: a eficácia dos direitos civis e das garantias políticas se regula, na prática, através de critérios extrajudiciários e extra-políticos. A contrarrevolução não criou essa situação histórica, que ela herdou da República Velha e do “Império”. (FERNANDES, 1976 p. 347-348. Grifos meus)

Fora do domínio acadêmico, é no campo político inspirado nas ideias de León Trotsky – conhecido como “trotskismo” – que se dá o debate teórico sobre a noção de contrarrevolução democrática.³¹ Analisando, em meados da década de 1930, o processo político espanhol – em

particular, a Guerra Civil Espanhola (1936-1939) – como um enfrentamento entre classes sociais, o revolucionário russo apontou, a partir dele, três tendências possíveis: à revolução (substituição da classe dominante), à antirrevolução (esvaziamento do ímpeto revolucionário) e à contrarrevolução (destruição das forças revolucionárias). (TROTSKY, 1973, p. 163-164) Quanto a esta última, aludiu a uma *modalidade democrática* da contrarrevolução burguesa, constante do repertório de respostas possíveis a ameaças à ordem oriundas do movimento político revolucionário de operários e camponeses. (LEMOS, 2002, p. 292. Grifo meu)

Na década de 1940, logo após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), os militantes trotskistas Ted Grant e Pierre Frank divergiram quanto à caracterização dos regimes políticos existentes na Europa Ocidental (França, Bélgica, Holanda, Itália). Para Grant, tratava-se de “regimes de contrarrevolução com forma democrática”. Já Frank, discordava da tese, por considerar que a contrarrevolução assumia sempre a forma de ditadura policial-militar. (GRANT, 1948)

A questão da contrarrevolução democrática surgiu, também, no debate sobre a conjuntura internacional na segunda metade da década de 1970. O economista colombiano J. C. González, igualmente trotskista, entendeu que o capitalismo norte-americano se encontrava debilitado e que a burguesia imperialista tentava impor “novas táticas de contrarrevolução democrática” em resposta ao avanço do proletariado. Como exemplo dessas táticas, citava o Plano Carter, com seu “trilateralismo”. (GONZÁLEZ, 1979, p. 21-22.)³²

Ainda no campo trotskista latino-americano, Nahuel Moreno, dirigente político argentino, discutiu a noção de contrarrevolução, endossando a noção estrita que a conecta, necessariamente, à de revolução, que implicaria uma mudança de regime político. (MORENO, 2003, p. 28) Pretendia, assim, corrigir “um erro epistemológico” que teria cometido muitas vezes: “falar de ‘contrarrevolução democrática’”.

Assim denominávamos os processos nos quais a burguesia tenta desviar e frear a revolução, iludindo as massas com o mecanismo da democracia burguesa. É certo que seu objetivo é contrarrevolucionário, mas não se trata de uma contrarrevolução, justamente porque não muda radicalmente o regime. A burguesia tenta frear a revolução por meio de manobras, aproveitando as *ilusões democráticas das massas*, e eventualmente reprimindo-as, mas sempre dentro da legalidade democrático-burguesa. Ela não destrói o regime democrático-burguês, mas se apoia nele. Por isso, não se trata de uma contrarrevolução. De agora em diante, chamaremos esse tipo de processo de *reação democrático-burguesa*. (MORENO, 2003, p. 29-30. Grifos no original).

No sentido estrito de reversão de um regime de caráter revolucionário, a expressão “contrarrevolução democrática”, talvez careça, de fato, de maior precisão teórico-explicativa. Entretanto, ela é mobilizada aqui para dar sentido a um processo histórico sutil referido ao aprendizado que a burguesia faz com a luta de classes desde os tempos primários do capitalismo. Experiência que aponta para a necessidade e a possibilidade de executar políticas – estratégias –

antecipatórias para evitar que as inevitáveis crises que caracterizam as formações sociais capitalistas desaguem no torvelinho da revolução social.

A antecipação pode ser tentada pela força ou por métodos democráticos. As medidas de força terão caráter tão emergencial quanto mais complexa – do ponto de vista das relações capitalistas – for a formação social em questão. As medidas de tipo democrático tenderão a apresentar caráter mais duradouro, já que, em geral, são destinadas a integrar o elemento de potencial desordem à ordem. A estratégia em que, modernamente, este tipo de medida é adotado é, em geral, o cultivo das “ilusões democráticas”. O alvo são, principalmente, as massas, entendidas como o agregado que incorpora o operariado e outros segmentos sociais suscetíveis de contaminação pelo germe da revolução. Neste sentido, o “mecanismo da democracia burguesa” irá construir um amplo consenso em torno de medidas jurídicas e políticas destinadas a frear antecipadamente a energia revolucionária, caracterizando a contrarrevolução preventiva democrática.

Observe-se que tais mecanismos podem constituir um elemento tanto de regimes políticos democráticos quanto de ditaduras. As definições conceituais que identificam e relacionam as categorias “regime político”, “Estado” e “governo” não costumam ser objeto de atenção no campo historiográfico.³³ Contudo, é necessário reconhecer, nas relações de dominação entre as classes sociais, uma autonomia no tocante à sua dinâmica. Estruturas estatais – aparelhos jurídicos, policiais, militares, administrativos etc. – costumam manter-se funcionais em regimes políticos diferentes entre si, construídos em momentos variados da luta de classes. Alteram-se o seu papel específico e o correspondente peso na articulação dos meios de dominação de uma parte da sociedade sobre outra. Assim ocorreu no Brasil, por exemplo, com o Legislativo, o Judiciário e diversas agências estatais, ativos tanto durante o período democrático (1946-1964) quanto no ditatorial (1964-1988), ainda que, neste último, fortemente cerceados pelo aparato repressivo do Estado.

Essa discussão é central para a compreensão, principalmente, dos processos de transição política no Brasil. Benjamin Constant assumiu dimensões políticas importantes por seu papel na passagem da monarquia à república. Transição em que ficou evidente a relação dialética entre mudanças e continuidades. Alterou-se, por exemplo, a forma do Estado, de monarquia altamente centralizada para república federativa. Mas permaneceram inalteradas as bases socioeconômicas das classes dominantes, em especial a estrutura fundiária da sociedade. A manutenção da classe trabalhadora, majoritariamente localizada no campo, em condições de forte submissão política e policial foi um dos traços de continuidade de mais alto teor estratégico na transição em fins do século XIX.

A presença dos trabalhadores no cenário político brasileiro durante o processo de redemocratização do país ocorrido no período 1945-1946 também foi um indicador das condições

em que estavam se articulando as forças políticas com vistas a um novo regime. A transição política brasileira neste período constituiu na passagem da contrarrevolução terrorista (Estado Novo) para a contrarrevolução preventiva democrática, a partir de 1945. Neste ano, a redemocratização iniciada por Vargas, que abria espaço para a mobilização dos trabalhadores, foi sustada pela sua deposição. A reorientação estratégica foi feita de forma a restringir, inclusive por meio da repressão, essa mobilização. Este foi o sentido da preservação da organização sindical construída durante a ditadura – um instrumento de contrarrevolução preventiva democrática. Não importava se a transição passou a ser conduzida segundo princípios liberais e a natureza corporativista da legislação a contradissesse. O que importava era a funcionalidade da organização corporativista como instrumento de controle preventivo da ação político-sindical dos trabalhadores, que se faria, em todo o período, constringida pela estrutura sindical e, não raro, contra ela.

É fundamental não perder de vista que os regimes políticos são construídos em conjunturas específicas da luta de classes, embora sempre de acordo com diferentes “patamares” estruturais do capitalismo enquanto sistema de âmbito mundial. A ditadura de Napoleão III – considerada o exemplo histórico clássico de bonapartismo (MARX, 1969) – foi erigida sobre o terreno do capitalismo concorrencial, enquanto os regimes democráticos posteriores ao seu fim, isto é, a partir de 1871, incorporaram traços do bonapartismo por exigência da dinâmica do capitalismo monopolista, em especial, as táticas anticíclicas no domínio econômico. Assim, traços do bonapartismo – governo forte, função “arbitral” do Estado, burocratização extrema do poder – são incorporados a várias formas de dominação burguesa, sem que se configure, necessariamente, uma ditadura.

A “vocação contrarrevolucionária é exatamente um dos traços de identificação entre ditaduras e democracias nas formações sociais de capitalismo hipertardio”. (LEMOS, 2014b, p. 84) Entretanto, esta correla o não tem sido muito considerada pela historiografia dedicada à história política da sociedade brasileira, em particular ao golpe de 1964 e ao regime que o seguiu. Pode-se verificar isto consultando alguns balanços historiográficos.³⁴ Por outro lado, aumenta incessantemente o número de historiadores, em especial, jovens, que, sustentando propostas moderadamente críticas em rela o   obra da ditadura p s-64, se dedicam a estudar a suas políticas estatais. São privilegiadas aquelas mais caras ao receio liberal de uma recidiva ditatorial ou, no jargão que lhes   t pico, “autoritária”. Assim, essa agenda de pesquisa, que já constitui um subcampo historiográfico, destaca temas como: graves viola es dos direitos humanos, legalidade autoritária, violência policial-militar, tortura, censura, exílio, poder discricionário do Estado, justiça de transi o, anistia e repara o, cumplicidade empresarial etc.

Entretanto, tais pesquisas não costumam partir de uma compreensão do tipo de Estado de que essas políticas emanam. Em geral, d o por suficiente um raciocínio circular que consiste em defini-lo como autoritário para explicar o caráter autoritário de suas políticas específicas. Além

disso, e em consequência, tendem a não considerar como elemento analítico o substrato social do tipo de Estado construído no país a partir de 1964. Ignoram o princípio metodológico inspirado analogicamente na experiência investigativa de Sherlock Holmes: a quem interessa o crime?³⁵ Ao contrário, tende-se a reproduzir a visão de cunho liberal que opõe o “Estado autoritário” à “sociedade civil”. Numa variante que vem ganhando corpo, começa-se a apontar uma relação inversa, pela qual o Estado autoritário é criação da sociedade, mas de uma sociedade, senão homogênea, isenta de diferenciações classistas responsáveis por relações desiguais com ele.³⁶ Não é, portanto, mera coincidência que historiadores de tendência liberal-democrática venham concentrando seus estudos em certos aspectos das políticas estatais pós-64. O caráter politicamente antiliberal do regime ditatorial realça a presença do Estado e seus aparelhos.

A pressão feita pelo deputado Taques sobre o ministro do Império no sentido de substituir Benjamin Constant na diretoria do Imperial Instituto dos Meninos Cegos por alguém portador de valores ideológicos mais adequados exprimiu a perspectiva de um lídimo representante do capital agrário a respeito do Estado. O fato de o tema em questão – a ameaça comunista – referir-se a uma realidade inexistente na sociedade brasileira evidencia que alguns dos seus segmentos se encontravam conectados com os fluxos da luta de classes no plano internacional. Conexões que, de resto, se fundavam nas condições de dependência ao imperialismo em que já se vinha fazendo a modernização burguesa brasileira, chave geral para a compreensão dos regimes políticos e do Estado no país. No início da década de 1930, já havia quem percebesse esta dimensão do problema:

A penetração imperialista [após a Primeira Grande Guerra] é um revulsivo constante que acelera e agrava as contradições econômicas de classe. O imperialismo altera constantemente a estrutura econômica dos países coloniais e das regiões submetidas à sua influência, impedindo o seu desenvolvimento capitalista normal, não permitindo que esse desenvolvimento se realize de maneira formal nos limites do Estado. Por essa razão, a burguesia nacional não tem bases econômicas estáveis que lhe permitam edificar uma superestrutura política e social progressista. *O imperialismo não lhe concede tempo para respirar e o fantasma da luta de classe proletária tira-lhe o prazer de uma digestão calma e feliz. Ela deve lutar em meio ao turbilhão imperialista, subordinando sua própria defesa à defesa do capitalismo.* Daí sua incapacidade política, seu reacionarismo cego e velhaco e – em todos os planos – a sua covardia. Nos países novos, subordinados ao imperialismo, a burguesia nacional, ao aparecer na arena histórica, já era velha e reacionária, com ideais democráticos corruptos. (CAMBOA e LYON, 1987, p. 74. Grifo meu).

As formas de dominação de classe correspondentes às características dessa burguesia precocemente “velha” e arquirreacionária têm sido referidas majoritariamente, tanto na área científica quanto nos meios de comunicação em geral, como “autoritarismo”, “liberalismo conservador” etc. Trata-se de expressões ambíguas e apenas descritivas de aspectos das condições em que se vem construindo a dominação burguesa – o regime político e, por consequência, o Estado burguês – no Brasil.³⁷ Construção operada sob o duplo fogo dos interesses imperialistas – desde há muito ativos como elementos estruturantes internos – e do espectro das massas

trabalhadoras – presença fundamental no cenário político, mesmo quando na condição de uma aparente ausência, nos momentos de refluxo da luta de classes. Da modernização burguesa hipertardia subordinada ao imperialismo e contemporânea da “ameaça” de revolução socialista, têm surgido os regimes políticos que conformam um Estado capitalista como usina de estratégias contrarrevolucionárias – tanto reativas quanto preventivas, tanto terroristas quanto democráticas – para a luta de classes no Brasil, tipificando, portanto, uma época de contrarrevolução geral e permanente (LEMOS, 2014b, p. 86).

Referências:

ALBERTI, Verena (Coord.) **Entre a solidariedade e o risco: história do seguro privado no Brasil**. 2 ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Editora FGV; FUNENSEG, 2001.

BATALHA, Claudio H. M. Relançando o debate sobre o mutualismo no Brasil: as relações entre corporações, irmandades, sociedades mutualistas de trabalhadores e sindicatos à luz da produção recente. **Revista Mundos do Trabalho**, Florianópolis, v. 2, n. 4, 2010.

BERGALLI, R. e MARÍ, E. E. (Coord.). **Historia ideológica del control social (España-Argentina, siglos XIX y XX)**. Barcelona: PPU, 1989.

BRÉHIER, Émile. **Histoire de la philosophie**. v. 3. 5. ed. Paris: Presses Universitaires de France, 1991.

BUNGE, Mario. **Caçando a realidade**. A luta pelo realismo. Trad. Gita K. Guinsburg. São Paulo: Perspectiva, 2010.

CAMBOA, M. [Mário Pedrosa] e LYON, L. [Lívio Xavier]. Esboço de uma análise da situação econômica e social do Brasil. Trad. Fúlvio Abramo. In: ABRAMO, Fúlvio e KAREPOVS, Dainis. (Org.). **Na contracorrente da história**. Documentos da Liga Comunista Internacionalista, 1930-1933. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CASTRO, Celso. **Os militares e a República: um estudo sobre cultura e ação política**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

CHASIN, José. **O Integralismo de Plínio Salgado**. Formas de regressividade no capitalismo hipertardiado. São Paulo: Livraria Ciências Humanas, 1978.

COELHO, Edmundo Campos. **As profissões imperiais. Medicina, engenharia e advocacia no Rio de Janeiro, 1822-1930**. Rio de Janeiro: Record, 1999.

COMTE, Auguste. **Appel aux conservateurs**. Paris: s. ed., s. d.

COMTE, Auguste. **Lettres d'Auguste Comte à M. Valat, professeur de mathématiques (1815-1844)**. Paris: Gunod, 1870, p. 120-121.

DEMIER, Felipe. A ditadura bonapartista do grande capital: a questão dos regimes políticos nas interpretações históricas. **Outros Tempos**, vol. 11, n.17, 2014.

DEMIER, Felipe. A lei do desenvolvimento desigual e combinado de León Trotsky e a intelectualidade brasileira. **Outubro**, São Paulo, n. 16, fevereiro de 2007.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

FICO, Carlos. **Além do golpe**. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. Rio de Janeiro: Record, 2004.

- FICO, Carlos. Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 9, n. 20, p. 5 - 74. jan./abr. 2017.
- GONZÁLEZ, J. C. A América Latina e a situação internacional. **Versus**, São Paulo, n. 28, janeiro de 1979.
- GRANT, Ted. Democracia ou Bonapartismo na Europa – Resposta a Pierre Frank, agosto de 1948. Disponível em: <https://www.marxists.org/history/etol/writers/grant/portugues/1946/democracia-ou-bonapartismo.htm>. Acesso em: 16 jan 2024.
- HOEVELER, Rejane Carolina. **As elites orgânicas transnacionais diante da crise: os primórdios da Comissão Trilateral (1973-1979)**. Orientadora: Virgínia Fontes. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015. 420 f.
- IANNI, Octavio. *O ciclo da revolução burguesa no Brasil*. Petrópolis (RJ): Vozes, 1984.
- IMPERIAL INSTITUTO DOS MENINOS CEGOS. **Relatório do Diretor**, 1871.
- LEMOS, Renato (Transcr., org. e introd.). **Cartas da guerra**. Benjamin Constant na campanha do Paraguai. Rio de Janeiro: IPHAN, 1999a.
- LEMOS, Renato Luís do Couto Neto e. Contrarrevolução e ditadura: ensaio sobre o processo político brasileiro pós-1964. **Marx e o Marxismo**, v. 2, n. 2, jan/jul 2014, p. 128.
- LEMOS, Renato Luís do Couto Neto e. Contrarrevolução, ditadura e democracia no Brasil. In: SILVA, Carla Luciana; CALIL, Gilberto Grassi; SILVA, Marcio Antônio Both da. (Org.) **Ditaduras e Democracias: estudos sobre poder, hegemonia e regimes políticos no Brasil (1945-2014)**. Por Alegre: FCM, 2014b.
- LEMOS, Renato. Anistia e crise política no Brasil pós-1964. **Topoi**, Rio de Janeiro, n. 5, dezembro 2002.
- LEMOS, Renato. Benjamim Constant e o positivismo na periferia do capitalismo. In: ALMEIDA, Marta de e VERGARA, Moema de Rezende (Org.). **Ciência, história e historiografia**. São Paulo: Via Lettera; Rio de Janeiro: MAST, 2008.
- LEMOS, Renato. **Benjamin Constant – vida e história**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999b.
- LINS, Ivan. **História do Positivismo no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967.
- LÖWY, Michael. **As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen**. Marxismo e positivismo na teoria do conhecimento. Trad. Juez Guimaraes e Suzanne Felicie Löwy. 4ª. ed. São Paulo: Busca Vida, 1987.
- MALLOY, James. Política de bem-estar social no Brasil - histórico, conceitos, problemas. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, 1976.
- MARTINS, Luciano. **Estado capitalista e burocracia no Brasil pós-64**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Boitempo, 1998. [1848]
- MARX, Karl. **O 18 Brumário e Cartas a Kugelmann**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.
- MATOS, Marcelo Badaró. O governo João Goulart: novos rumos da produção historiográfica, **Revista Brasileira de História**, São Paulo, vol. 28, jan/jun 2008.
- MATOS, Marcelo Badaró. As bases teóricas do revisionismo - o culturalismo e a historiografia brasileira contemporânea. In: MELO, Demian Bezerra de (Org.). **A miséria da historiografia – uma crítica ao revisionismo contemporâneo**. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

- MATTOS, Marcelo Badaró. O sentido de classe do golpe de 1964 e da ditadura – um debate historiográfico. In: ZACHARIADHES, Grimaldo Carneiro (Org.). **1964: 50 anos depois – a ditadura em debate**. Aracaju: EDISE, 2015.
- MELO, Clóvis. A Comuna de Paris e o Brasil. In: TROTSKY, Leon e outros. **A Comuna de Paris**. Trad. Octávio de Aguiar Abreu. Rio de Janeiro: Laemmert, 1968.
- MELO, Demian B. de. O golpe de 1964 e meio século de controvérsias: o estado atual da questão. In: MELO, Demian B. de. (Org.). **A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo**. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.
- MELO, Demian B. de. Revisão e revisionismo historiográfico: os embates sobre o passado e as disputas políticas contemporâneas. **Marx e o Marxismo**, v.1, n.1, jul/dez 2013.
- MELO, Demian. “A miséria da historiografia”, **Outubro**, São Paulo, n. 14, 2º sem. 2006.
- MENDES, Raimundo Teixeira. **Benjamin Constant. Esboço de uma apreciação sintética da vida e obra do fundador da república brasileira**. Rio de Janeiro: Apostolado Positivista do Brasil, 1891-1894, v. 2.
- MORENO, Nahuel. **As revoluções do século XX**. São Paulo: Instituto José Luiz e Rosa Sundermann, 2003.
- NETTO, José Paulo. Florestan Fernandes: uma recuperação marxista da categoria revolução. In: NETTO, José Paulo. **Marxismo impenitente**. Contribuição à história das ideias marxistas. São Paulo: Cortez, 2004.
- NOVACK, Georges. **O desenvolvimento desigual e combinado na história**. São Paulo: Sundermann, 2008.
- PREVIDÊNCIA – Associação de socorros à invalidez. **Ata da sessão solene de instalação na augusta presença de SS. MM. II**, 1875.
- RODRIGUES, José Honório. **Aspirações nacionais**. Interpretação histórico-política. São Paulo: Fulgor, 1963.
- RODRIGUES, José Honório. **Conciliação e reforma no Brasil**. Desafio histórico-cultural. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.
- RODRIGUES, José Honório. **Independência: Revolução e Contrarrevolução**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976. (5 vols.)
- RODRIGUES, José Honório. **Tempo e sociedade**. Petrópolis (RJ): Vozes, 1986.
- ROLLEMBERG, Denise e QUADRAT, Samantha Viz. (Org.) **A construção social dos regimes autoritários**. Legitimidade, consenso e consentimento no século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, 3 v.
- SAES, Décio. **Classe média e política na Primeira República brasileira (1889-1930)**. Petrópolis (RJ): Vozes, 1975.
- SANTA ROSA, Virgínio. **Que foi o tenentismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963.
- SILVA, Antônio de Moraes e. **Dicionário da Língua Portuguesa**. 8ª ed. revista e melhorada. Rio de Janeiro: Empresa Literária Fluminense, 1889.
- TROTSKY, Leon. **A história da revolução russa**. Trad. E. Huggins. Rio de Janeiro: Saga, 1967, v. 1.
- TROTSKY, León. **Escritos latino-americanos**. São Paulo: Iskra; Buenos Aires: CEIP, 2009.
- TROTSKY, León. **La Revolución Española**. Buenos Aires: El Yunque, 1973, p. 163-164.
- ZEA, Leopoldo. **El positivismo y la circunstancia mexicana**. México, D. F.: Fondo de Cultura Económica, 1985.

ZENI, Maurício. **O Imperial Instituto dos Meninos Cegos. Benjamin Constant e o assistencialismo**. Orientador: Fernando Antônio Faria. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1997. 213 f.

Notas

¹ Doutor em História (UFF). Professor do Instituto de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8323539189448449>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0453-0493>. E-mail: renatoluismemos@gmail.com.

² Sociedades que fizeram a sua modernização burguesa quando o capitalismo já se encontrava na fase monopolística e sob a hegemonia, no plano mundial, das economias imperialistas. Ver CHASIN, 1978.

³ Exilado no México na década de 1930, o revolucionário russo León Trotsky considerava o Brasil um caso típico de “queima de etapas históricas”. Em discussão sobre a situação política da América, disse, referindo-se à ditadura do Estado Novo (1937-1945), então em vigência: “(...) ali a burguesia é absolutamente incapaz de constituir sua dominação democrática, porque, por um lado tem o capital imperialista, e, por outro, tem o medo do proletariado, porque a história lá saltou uma etapa e o proletariado se tornou um fator importante antes que tenha sido realizada a organização democrática do conjunto da sociedade”. *Discussão sobre a América Latina*, 4 de novembro de 1938. Resumo estenográfico de uma discussão em Coyoacán entre Trotsky, Curtiss e os guardas americanos de Trotsky. Traduzido da versão em francês publicada em *Oeuvres*, Tomo 19, pág. 129, editada pelo Instituto León Trotsky de Francia. Versão em português publicada em TROTSKY, 2009. Trecho transcrito da p. 119. De outro ponto de vista interpretativo, Luciano Martins observa, “no caso de grande parte dos países latino-americanos de industrialização recente, uma grande aceleração do *tempo histórico*”. MARTINS, 1985, p. 23. Grifo no original.

⁴ O impacto desta formulação nas teorias explicativas da formação social brasileira é objeto de análise em DEMIER, 2007.

⁵ Não confundir com a escola homônima criada em 1949.

⁶ Informações biográficas e algumas passagens a seguir estão baseadas em LEMOS, 1999b.

⁷ Sobre o pensamento de Auguste Comte (1798-1857), ver BRÉHIER, 1991, p. 751-778.

⁸ Os parágrafos que se seguem estão baseados em LEMOS, 2008, p. 3-4.

⁹ Auguste Comte criou a Religião da Humanidade. Cf. BRÉHIER, 1991.

¹⁰ É razoavelmente ampla a bibliografia que discute o papel político dos estudantes das academias militares e jovens oficiais no processo político durante a passagem do Império para a República. Ver, por exemplo: SANTA ROSA, 1963, e CASTRO, 1995.

¹¹ Sobre o IPB, consultar COELHO, 1999.

¹² A palavra é usada aqui no sentido, corrente no século XIX, de habitação, domicílio ou local onde se dá hospedagem a alguém. Cf. SILVA, 1889.

¹³ A ampliação da assistência aos cegos no século XIX foi mais notável em países de capitalismo avançado, onde as famílias precisavam inserir-se no mercado de trabalho e enfrentavam limitações para cuidar de seus dependentes. Cf. ZENI, 1997, p. 81.

¹⁴ Discurso pronunciado por Benjamin Constant durante a solenidade de lançamento da pedra fundamental do novo prédio do Imperial Instituto dos Meninos Cegos, em 29 de junho de 1872. Sobre a filantropia e o assistencialismo, encontram-se interessantes estudos em BERGALLI e MARÍ, 1989.

¹⁵ Um comentário crítico à epistemologia positivista encontra-se em BUNGE, 2010, p. 59-60.

¹⁶ Cf. LINS, 1967. Em 1876, Benjamin Constant esteve entre os fundadores da Sociedade Positivista do Rio de Janeiro, de cujo núcleo inicial também faziam parte Miguel Lemos e Raimundo Teixeira Mendes, seus discípulos na Escola Politécnica e logo reconhecidos como dirigentes do movimento e guardiães da ortodoxia.

¹⁷ Formado em direito, Benevenuto Augusto Magalhães Taques (1818-1881) – o “conselheiro Taques” – foi inspetor da Alfândega, deputado geral pela Bahia e presidente das províncias do Rio de Janeiro, Maranhão e Pernambuco, além de Ministro dos Estrangeiros.

¹⁸ O positivismo clássico – na vertente desenvolvida, principalmente, por Auguste Comte – incluiu, a partir de certo momento mental de seu fundador, uma religião, mas isto parece não ter contaminado a sua posição em face da ciência, como observa Mario Bunge: “(...) de todas as filosofias oriundas de Kant, o positivismo foi a única que não fez concessões ao irracionalismo e que proclamou o seu amor à ciência”. BUNGE, 2010, p. 95.

- ¹⁹ Refere-se às ideias desenvolvidas em **A origem das espécies**, publicado em 1859.
- ²⁰ Apud MENDES, 1891-1894, v. 2, p. 171. Ministro do Império de 1870 a 1875, João Alfredo dava grande importância à instrução. Há indícios de que era simpatizante do positivismo.
- ²¹ Cópia da minuta do ofício ao conselheiro João Alfredo Correia de Oliveira, em agosto de 1871, em MENDES, 1891-1894, p. 172.
- ²² Pierre-Joseph Proudhon (1809-1865), pensador e político francês, foi um dos pioneiros da doutrina anarquista.
- ²³ Sobre o assunto, ver MALLOY, 1976.
- ²⁴ Jerônimo José Teixeira Júnior (1830-1892) foi advogado e político. Condecorado com o título de visconde do Cruzeiro, foi, durante o Império, diretor do Banco do Brasil, ministro da Agricultura e dos Transportes, deputado provincial, deputado geral e senador.
- ²⁵ Benjamim Franklin de Ramiz Galvão (1846-1938) foi médico, professor, filólogo, biógrafo e orador. Condecorado com o título de barão de Ramiz, foi tutor do primogênito da princesa Isabel, desde a infância até a Proclamação da República, regime em que se tornaria o primeiro reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e diretor da Biblioteca Nacional.
- ²⁶ Para uma visão geral do assunto, pode-se consultar ALBERTI, 2001.
- ²⁷ Lexicólogo e filósofo francês, Émile Maximilien Paul Littré foi um destacado propagandista do positivismo, tendo, contudo, se afastado de Augusto Comte por discordâncias doutrinárias. Notabilizou-se como autor do **Dicionário da Língua Francesa** – conhecido como **Le Littré** –, em cinco volumes.
- ²⁸ Primeira forma de associação sindical, surgida na Inglaterra nas primeiras décadas do século XIX.
- ²⁹ Esta seção trabalha com ideias já apresentadas em LEMOS, 2014b, p. 71-89.
- ³⁰ As suas elaborações a respeito se encontram em: RODRIGUES, 1963, 1965, 1976 e 1986. A propósito, ver LEMOS, 2002 e LEMOS, 2014b, p. 76-80.
- ³¹ Aqui, retoma-se LEMOS, 2014b.
- ³² **Versus**, a revista em que o artigo foi publicado no Brasil, era, àquela altura, porta-voz do Movimento de Convergência Socialista, integrante do campo trotskista. O autor se refere à atuação da Comissão Trilateral, fundada em 1973 com base na representação de empresários, políticos e acadêmicos dos três principais pilares do capitalismo mundial: Estados Unidos da América, Japão e Europa. Ver HOEVELER, 2015.
- ³³ Uma das poucas exceções encontra-se em DEMIER, 2014.
- ³⁴ Ver: MELO, 2006; MATOS, 2008. FICO, 2004; MELO, 2013; MATTOS, 2014; MELO, 2014; MATTOS, 2015, e FICO, 2017.
- ³⁵ Detetive, personagem de ficção criado pelo escritor britânico Arthur Conan Doyle (1859-1930).
- ³⁶ Ver, por exemplo”, “Apresentação” em ROLLEMBERG e QUADRAT, 2010.
- ³⁷ Florestan Fernandes consagrou outra tipificação geral da dominação política no Brasil, de menor circulação no campo historiográfico: autarquia burguesa. Ver FERNANDES, 1976.

Recebido em: 03 de fev. 2024
Aprovado em: 24 de mai. 2024